

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXVII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1988

e XLIX), inclusive retirando as etiquetas museográficas (cf. vol. II, pi. XXV e XLVII). Penso que os próximos volumes requererão, nesse particular, mais atenção.

Mas convenhamos que não é fácil para o epigrafista resistir à tentação de ser historiador. Georges Pabre, Marcos Mayer e Isabel Rodà escolheram o bom caminho: primeiro, o estudo preciso, completo, dos monumentos, de todos os monumentos; a síntese histórica virá depois, sólida, bem fecundada por todos os ensinamentos da Epigrafia. Ficamos, pois, a aguardar os outros volumes anunciados — o III sobre Gerona, o IV sobre Tarragona (excepto *Tarraco*) e, sobretudo, o V de índices e de síntese final.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Antonio RODRÍGUEZ COLMENERO, *Aquae Flaviae: I — Fontes Epigráficas*, Chaves, Câmara Municipal de Chaves, 1987, 755 p.

Com uma «Nota prévia» de João Baptista Martins e um «Prólogo» de Jürgen Untermann, foi editada uma obra importante para o estudo da romanização do Norte de Portugal e da Galiza. Trata-se de um vasto *corpus* que reúne quase todas as inscrições duma grande região, cuja principal cidade na Antiguidade era *Aquae Flaviae*.

Bem andou a Câmara Municipal de Chaves quando patrocinou o estudo de uma parte valiosíssima do seu património cultural. Quem realizou tal tarefa foi António Rodríguez Colmenero, que tivemos o prazer de conhecer no Museu da Região Flaviense, precisamente quando ali realizámos uma rápida análise da epigrafia votiva guardada naquela instituição. Nessa ocasião, preparava Colmenero o volume que ora merece a nossa atenção. Devido à sua amabilidade, que muito agradecemos, facultou-nos algum tempo depois uma primeira versão do seu trabalho, que utilizámos de forma crítica na obra acima referida. Aí tivemos ocasião de expressar algumas dúvidas sobre as perspectivas de leitura e interpretação do autor, que mais à frente iremos retomar.

Este primeiro volume de *Aquae Flaviae* encontra-se dividido em vários capítulos, cujos títulos passamos a transcrever: I. Inscrições votivas (p. 12-256); II. Inscrições funerárias (p. 257-387); III. Epígrafes viárias (p. 385-545); IV. Inscrições honorárias (p. 546-603); V. Epígrafes jurídicas (p. 604-651); VI. «Instrumentum domesticum» (p. 652-681); Conclusões (p. 682-685); últimas inscrições aparecidas (p. 686-691), a que se seguem tábuas de abreviaturas, bibliografia, tábuas de correspondências e índices.

Colmenero reuniu neste volume 533 peças, mas há a considerar que algumas delas foram inadvertidamente repetidas e outras não têm inscrições

ou são praticamente ilegíveis. Esse número inclui ainda marcas de oleiro e grafitos em cerâmica.

Graças a esta obra é possível o acesso a um panorama muito vasto de documentos que elucidam vários aspectos da História Antiga da região de Trás-os-Montes e de Ourense. A onomástica, a rede viária, a organização política e administrativa, as estruturas raciais e étnicas, a religião, etc., encontram aqui vastíssimas informações, algumas delas inéditas, para a realização profícua de novos estudos.

Consideramos estas observações essenciais para valorizar uma obra que denota um grande esforço de investigação. Tal facto, contudo, não nos impede de afirmar que se trata de um livro cujo conteúdo deve ser lido com uma prudente atitude crítica. Julgamos que tal atitude é necessária pois verificamos que em numerosos casos as leituras dos textos epigráficos não apresentam as perspectivas mais aconselháveis à luz da ciência epigráfica.

Todos aqueles que se dedicam aos estudos epigráficos sabem que a leitura e interpretação das inscrições, sobretudo daquelas que necessitam de análises mais rigorosas e difíceis, só após várias abordagens, geralmente por vários autores, podem ser cabalmente esclarecidas. Quando as dúvidas são maiores há que reconhecer honestamente essas dúvidas e emitir opiniões sob reserva e com prudência.

Depois dos estudos de Hübner, Martins Sarmiento e José Leite de Vasconcelos, entre outros, a epigrafia em Portugal tem progredido com alguma irregularidade, mas com resultados positivos, que conseguiram de forma mais ou menos parcelar e rigorosa apurar o sentido de centenas de inscrições.

Uma das intenções mais claramente patenteadas no trabalho de António Rodríguez Colmenero é, além de apresentar documentos inéditos e reunir os já conhecidos, proceder à revisão das leituras de muitas das inscrições que publica, procurando assim estabelecer novos textos. Trata-se de uma atitude louvável mas que, na nossa opinião, não deu bons resultados. Parece-nos mesmo que muitos dos documentos agora reunidos se encontravam já razoavelmente interpretados, acabando por muitas das emendas propostas serem piores que os resultados obtidos anteriormente. Tivemos também ocasião de verificar que Colmenero não dominou totalmente a bibliografia mais importante referente a cada peça.

Jürgen Untermann refere no «Prólogo» (p. 7) que «não pedirá ao autor deste livro que apresente uma edição que esteja acima de discussões e de perguntas críticas». É no contexto destas expressões que nos parece necessário tecer alguns reparos, de forma a contribuir para o melhoramento do livro e para que ele seja «estimulante para investigações futuras» (p. 7).

Face à vastidão de materiais reunidos neste volume, não podemos proceder à análise de todos os capítulos da obra, pelo que nos iremos apenas deter no primeiro, relativo às «inscrições votivas», e aí só nas inscrições aparecidas em Portugal. Tal atitude selectiva resulta do facto de termos recentemente procedido à análise de tais inscrições, tendo em vista a edição

da obra *Religiões Antigas ae Portugal — Fontes Epigráficas* (= RAP) para cujos números das inscrições estabelecemos uma ligação com cada número das que se encontram em *Aquae Flaviae*.

Ainda antes de proceder à análise das peças, convém tecer algumas considerações gerais.

O capítulo abarca 163 peças, onde, como já referimos genericamente, há algumas que são repetidas e várias não têm inscrições ou são ilegíveis.

Quanto à estrutura organizativa que presidiu à ordenação das inscrições não me parece que tenha havido critérios claramente definidos, já que a sequência das epígrafes é a seguinte: Júpiter, Juno, Marte, Baco, Sol, Ninfas, Tutela, Hermes, Selene, Vénus, Diana, *Tellus*, Concórdia, Ísis, Cibele, divindades do santuário de Panóias, divindades indígenas, dedicatórias aos Lares, ao Génio, anepígrafas ou borradas (vide índice da p. 755).

Um ponto que nos parece importante realçar é o de o autor procurar sempre que possível documentar cada inscrição com uma fotografia e um desenho. Tal realização é muito correcta, só que, infelizmente, muitas fotografias são de má qualidade, não ajudando a tirar dúvidas de leitura, e os desenhos obedecem a critérios de leitura das peças que nem sempre merecem confiança.

Sem entrarmos em questões formais, nomeadamente relativas à apresentação dos textos, que nem sempre terão alcançado a clareza necessária, quere-nos, no entanto, parecer que os mapas deviam ser reunidos no fim do volume e não no meio dos capítulos, onde são muito mais difíceis de localizar de forma rápida.

Quanto à localização das peças na sua origem, também há situações pouco claras. É o caso da inscrição n.º 17 (= RAP 364) a que se refere com sendo de Chaves, mas que suspeitamos (haverá que confirmá-lo) tratar-se de uma ara que Tranoy identificou como sendo de Vila Verde da Raia (vide RAP 358) e que Colmenero não cita.

Sem pretendermos ser sistemáticos, passaremos agora a exemplificar criticamente algumas das questões mais importantes que surgem a propósito de várias inscrições (e que em muitos casos bem se podiam ter evitado).

N.º 1 (= RAP 346). Não julgamos viável, face à observação da ara, a hipótese de 1er *S(olutorio)* no fim de l. 1, apesar de o texto ter sido mal ordenado.

N.º 2 (= RAP 347). A interpretação do fim da inscrição é muito difícil, atendendo à deterioração do campo epigráfico. Sugerimos para as linhas 4 e 5: VII G [emina] P(ia) CA/TVLLI[NVS P(osim)?]. Não nos parece que haja mais uma linha, como admite Colmenero.

No contexto destas duas inscrições deveria ser apresentada a inscrição n.º 138 (=348) consagrada a Júpiter também por um militar da sétima legião e não a um *Genio municipii*, como sugere Colmenero.

N.º 11 (=RAP 360). Colmenero admite que, nesta inscrição, o sinal > signifique *castella*, mas essa hipótese não tem qualquer viabilidade. Tal como aconteceu em leituras anteriores, deve continuar-se a ver em tais

traços curvos *puncti* que se intercalam entre as siglas O. M / V M. / A. S, as quais se desdobram obviamente em O(*ptimo*). M(*aximo*) / Y(*otum*). M(*erito*) / A(*nimo*). S(*olvit*).

N.º 14 (= RAP 359). Colmenero não verificou que esta inscrição já fora publicada por José Fortes («Portugalia», II, 1905, p. 124) e por J. L. Vasconcelos («O Arqueólogo Português», XI, 1906, p. 352). Através destes estudos e observando-se a ara pode concluir-se que há algumas dificuldades de interpretação, mas em qualquer dos casos não é viável o epíteto *Ucalo* sugerido por Colmenero. Admitimos que as linhas 3 e 4 contenham as seguintes letras: Y(*otum*) CAR / PO (*suit*), sendo CAR as siglas do dedicante.

N.º 18 (= RAP 351). Talvez seja viável a leitura do nome CARM(*inius*) na l. 4, rectificando a leitura anterior.

N.º 20 (=RAP 354). Para a última linha preferimos a leitura de Mário Cardoso: P(*osiui*) L(*ibens*). As letras da parte direita da pedra são de difícil leitura, mas não nos parece que viabilizem a hipótese de Colmenero.

N.º 22 (= RAP 352). A nossa interpretação proposta para esta importante inscrição talvez seja de considerar, apesar da delicadeza do assunto. A sugestão de que haveria no início da l. 2, um O muito apagado poderia viabilizar a ideia de que teria sido a *o(rdo) municipalis* a mandar fazer o monumento a Júpiter. Deixaríamos, assim, de estar em face a um Júpiter *municipalis*, como haviam admitido Tranoy e Le Roux. Trata-se, pois, de uma problemática a rever.

N.º 27 (= RAP 362). Preferimos a leitura de Carlos Alberto Ferreira de Almeida em vez das novas hipóteses colocadas por Colmenero. De acordo com a observação dos traços existentes, parecem-nos seguras as letras VAGORNICENSES como correspondentes ao nome dos *vicani* que dedicavam a inscrição a Júpiter.

N.º 28 (= RAP 357). Admitimos, como Le Roux e Tranoy, que esta inscrição é a que foi publicada por Hübner no CIL II 2608. Os argumentos que aqueles autores aduziram são razoáveis e as suas propostas aceitáveis para as linhas 3 e 4, apesar das grandes dificuldades de leitura que existem. A proposta de Colmenero não só parece artificiosa por faltas de paralelos, como é destituída de coerência interna.

N.º 32 (= RAP). Omite-se a referência de que foi publicada em CIL II 2468 e 5615.

N.º 33 (= RAP 363). Colmenero não refere a indicação da localização exacta do achado, que é a Capela de Nossa Senhora do Amparo, do lugar de Fiães, concelho de Valpaços. Nessa povoação apareceu também a inscrição n.º 27 (= RAP 362).

N.º 38 (= RAP 361). Se já é difícil admitir IOM, na l. 2, parece-nos praticamente impossível aceitar *Latro*.

N.º 41 (= RAP). Embora não seja segura a hipótese de leitura do nome do dedicante, poderá ser de ponderar.

N.º 50 (= RAP 643). Não nos parece possível, por enquanto, a identificação do teónimo.

N.º 72 (= RAP 242). Preferimos a leitura de Le Roux e Tranoy, embora sejam de ponderar algumas sugestões de interpretação emitidas por Colmenero.

O autor procedeu à análise das inscrições n.ºs 75 a 82 existentes em Panóias (Vila Real) procurando apresentar novas leituras e interpretações. Temos de considerar, contudo, que os esforços realizados não alcançaram resultados positivos.

N.º 84. Embora esta inscrição não seja de Portugal, ela merece-nos um comentário particular pois julgamos, com Fernando Patrício Curado, que nos propôs esta observação (cf. «Ficheiro Epigráfico» 23, 1987, n.º 103, nota 2), estar perante mais um testemunho do recém-conhecido e muito importante deus indígena — *Quangeio*.

A leitura revista que propomos é:

QVAN/GEIO / *G(aius)* . IVL(IUS) / SEVE/RINVS P[OSVIT]?

N.º 85 (= RAP 610). A hipótese de teónimo *Aurniae* não nos convence, embora também as sugestões de *Munidae* ou *Munidi* não sejam claras. Afigura-se-nos muito difícil uma resposta segura para a leitura da primeira linha.

N.º 88 (= RAP 58). Aparentemente a leitura do teónimo *Debaroni Muceaigaeco* parece viável, tendo em conta o bom estado da inscrição, que se pode observar pela fotografia. Por esta poderíamos ser levados a sugerir *Deibaroni Muceiaecaeco*, mas sem observar a peça nada de seguro podemos acrescentar. Queremos ainda notar que o primeiro nome parece-nos ter semelhanças com *Trebarona* ou *Triborunni*.

N.º 95 = 140 (RAP 644). Colmenero não reparou que a inscrição n.º 95 é a que reproduz com o n.º 140, tendo-se apenas baseado em Távora e Argote e não referindo a publicação de CIL II 2475. A interpretação do teónimo *Doredio Douroego* não nos parece segura, apesar de não termos visto o monumento.

N.º 102 (= RAP 18). A inscrição corresponde à que foi publicada no CIL II 2387 e é de Santa Marinha, concelho de Ribeira de Pena, e não de Chaves como Colmenero indica.

N.º 112 (— RAP 613). Trata-se apenas de uma abordagem com muitas reservas, que pode servir de base a futuras, necessárias e difíceis leituras.

N.º 125 (= RAP 222). Continuamos a pensar preferível a leitura *Tarmucenbaecis* à de *Inmucenbaecis*, que Colmenero considera segura.

N.º 138 (= RAP 348). Na nossa opinião, trata-se da invenção dum *Genio municipalis*, pois estamos claramente perante uma ara consagrada a Júpiter, como já o mostrou João Parente. Embora haja alguns problemas de leitura, também consideramos equivocada a interpretação de Tranoy que sugeriu a consagração a *Munidia*. A foto incluída é bem um exemplo da falta de qualidade com que, neste livro, se apresentam muitos destes documentos. Não havendo imagens com a nitidez desejável, podiam ter-se omitido.

N.º 140 = 95 (= RAP 644). Como já observámos, há aqui uma repetição.

N.º 142 (= RAP Z³). Com base no testemunho de Mário Cardoso, julgamos que esta ara é de Campo da Roda e não de Vila Verde. Nela não se vislumbra nada de seguro.

P. S. — Já com esta recensão elaborada, tivemos conhecimento de que ao volume em causa foi acrescentado um outro, com 191 páginas, constituído por um «Apêndice Fotográfico», onde se reedita o conjunto das fotografias, um pouco melhoradas, e se acrescentam novas descobertas numa «Recentíssima Adenda Epigráfica».

JOSÉ MANUEL GARCIA

Patrizia Sabbatini TUMOLESI, *Epigrafia anfiteatrale dell'Occidente Romano: I. Roma*. N.º 2 da colecção «VETERA — Ricerche di Storia, Epigrafia e Antichità» dirigida por Silvio Panciera. Edizioni Quasar, Roma, 1988, 188 páginas, que integram 29 de estampas. ISBN 88-85020-95-X.

Pretende-se, com esta série, fazer «uma recolha e um reexame sistemático dos numerosíssimos documentos de tema gladiatório actualmente dispersos», porque só assim «se poderá trazer alguma luz a tantos aspectos duvidosos e pouco explorados deste vasto campo da antiguidade e da história romana». Louis Robert concretizara, para o Oriente, tal desiderato; cabe agora reunir o material do Ocidente.

Como muito bem observa a Autora, ao tempo dos Romanos (como ainda hoje), o mundo do espectáculo reveste-se da maior importância, se se atender ao universo de interesses que o rodeiam: «o *numerarius* promove a sua ascensão social, a cidade o seu equilíbrio, o gladiador e o *venator* aspiravam à fama e o próprio imperador, acima dos demais, promovia mediante este tipo de espectáculos uma comunicação específica com as massas populares» (p. 7).

Por outro lado, a Epigrafia desempenha também aqui um papel imprescindível como fonte histórica: «Só através da análise das inscrições se torna, porventura, possível chegar a uma reconstituição verosímil do *status* jurídico-profissional do gladiador, doutra forma não claramente definível; é predominantemente da documentação epigráfica que emerge a maior ou menor difusão destes espectáculos, nos vários locais e nos vários tempos, e a sua repercussão nos diversos estratos sociais» (*ibidem*). A recolha está, pois, plenamente justificada e devidamente realçada a importância da iniciativa levada a cabo pela escola de Roma, tanto mais que desde já se anuncia no prelo o volume II, de Gian Luca Gregori, sobre as *Regiones Italiae VI-XI*.

A obra de Patrizia Sabbatini Tumolesi, acabada de imprimir em Maio de 1988, está dividida em duas partes. Apresenta-se, na primeira, o catálogo,